

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Maternidade e invisibilidade do cuidado: disputas discursivas na mídia sobre a escala 6x1

Renata Figueiredo Silva, Kamila Eulalio Abreu, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17762>

Submetido em: 2026-08-31

Postado em: 2026-09-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MATERNIDADE E INVISIBILIDADE DO CUIDADO: DISPUTAS DISCURSIVAS NA MÍDIA SOBRE A ESCALA 6X1

AUTOR/A 1, RENATA FIGUEIREDO SILVA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5258-3074>.

[<rehfiguereidostudos@gmail.com>](mailto:rehfiguereidostudos@gmail.com)

Universidade Federal da Grande Dourado (UFGD). Dourado, MS, Brasil.

AUTOR/A 2, KAMILA EULALIO ABREU .

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8467-7689>

[<eulaliokamila2013@gmail.com>](mailto:eulaliokamila2013@gmail.com)

Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

AUTOR/A 3, IVANA DE OLIVEIRA EUGÊNIO DE SOUZA MOURA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5956-0157>

[<ivanamourassg1@gmail.com>](mailto:ivanamourassg1@gmail.com)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: Nos últimos anos, o debate público sobre o fim da escala de trabalho 6x1 ganhou visibilidade nas redes sociais e na mídia brasileira, sendo apresentado como uma reivindicação por melhores condições de trabalho e qualidade de vida. No entanto, apesar da centralidade do tema do tempo, a maternidade e o trabalho de cuidado permanecem amplamente invisibilizados nesse debate. Este artigo analisa como o discurso público sobre a escala 6x1 constrói a problemática do trabalho sem incorporar a dimensão da maternidade e da reprodução da vida. A partir de uma análise qualitativa de discursos midiáticos e digitais, dialogando com a literatura sobre divisão sexual do trabalho, economia do cuidado e reprodução social, argumenta-se que a ausência da maternidade no debate evidencia a persistência da separação entre produção e reprodução da vida na atualidade.

Palavras-chave: Maternidade; Escala 6x1; Enquadramento midiático.

MOTHERHOOD AND THE INVISIBILITY OF CARE: DISCURSIVE DISPUTES IN THE MEDIA OVER THE 6×1 WORK SCHEDULE

ABSTRACT: In recent years, the public debate surrounding the end of the 6x1 work schedule has gained visibility in Brazilian social media and news outlets, often framed as a demand for better working conditions and improved quality of life. However, despite the centrality of time in this debate, motherhood and care work remain largely invisible. This article analyzes how public discourse on the 6x1 work schedule constructs the problem of labor without incorporating the dimensions of motherhood and the reproduction of life. Based on a qualitative analysis of media and digital discourses, and drawing on literature on the sexual division of labor, the care economy, and social reproduction, the article argues that the absence of motherhood in this debate reveals the persistence of the separation between production and the reproduction of life in contemporary society.

Keywords: Motherhood; 6x1 Work Schedule; Media Framing.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate público sobre o fim da escala de trabalho 6x1 ganhou visibilidade nas redes sociais e na mídia brasileira, sendo apresentado como uma reivindicação por melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Mesmo não sendo um debate novo no cenário político brasileiro, destaca-se que a centralidade do tempo de trabalho para a organização e manutenção da vida cotidiana são aspectos tratados de forma generalista, onde a maternidade e o cuidado são invisibilizados nas discussões políticas.

Desde o final do século XIX, trabalhadoras e trabalhadores reivindicam a redução da carga horária como forma de enfrentar a exploração laboral. Historicamente, no contexto brasileiro, foi na Era Vargas que representou um marco institucional ao estabelecer a jornada semanal de 48 horas. Décadas depois, a Constituição Federal de 1988 reduziu esse limite para 44 horas semanais, consolidando uma conquista importante no campo dos direitos trabalhistas (Gonzaga et al, 2023).

Ainda assim, tais avanços não eliminaram modelos de organização do tempo de trabalho que intensificam a sobrecarga resultante das chamadas dupla-tripla e quádrupla jornada, que são vivenciadas especificamente por mulheres dentro da escala 6x1. (Bugalho et al, 2020). A novidade no cenário atual não é propriamente a pauta da redução da jornada de trabalho, mas a forma como ela (re)surge no espaço público por meio das mídias digitais.

Se, historicamente, a luta pela redução da jornada esteve associada também à crítica feminista à divisão sexual do trabalho e à sobrecarga das mulheres (Kergoat, 2009), no debate contemporâneo observa-se uma tendência à construção de um sujeito abstrato do trabalho, frequentemente mobilizado a partir de marcadores como classe e raça, porém desvinculado das responsabilidades cotidianas de cuidado.

Não obstante a isso, a partir de 2024, o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) mobilizou mais de dois milhões de assinaturas em uma petição digital pelo fim desta escala, recolocando o tema na agenda pública nacional. Impulsionada pelas redes sociais, essa mobilização ampliou a visibilidade de uma pauta que, até então, permanecia majoritariamente circunscrita a sindicatos e negociações coletivas.

A repercussão virtual abriu espaço para que atores institucionais também incorporassem o tema ao debate político, processo desencadeou uma intensa disputa discursiva em torno da organização do tempo de trabalho, mobilizando diferentes interpretações, argumentos e enquadramentos no debate público, evidenciando como a internet (re)configura os modos de construção e circulação das agendas públicas, assim como as formas de debate sobre trabalho e qualidade de vida.

Entretanto, embora o debate público sobre o fim da escala 6x1 tenha sido amplamente mobilizado como uma reivindicação por melhores condições de trabalho, uma dimensão fundamental da vida social permanece amplamente ausente ou marginalizada nesses discursos: a maternidade e o trabalho de cuidado.

Diante disso, emerge uma questão central: de que maneira a maternidade aparece, ou é silenciada, nos discursos midiáticos e digitais que estruturam o debate público sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 no Brasil? Em outras palavras, quem é o sujeito implícito desse debate sobre tempo e trabalho? E quais experiências sociais permanecem invisibilizadas quando a discussão sobre jornada ignora as responsabilidades de cuidado que estruturam a vida cotidiana de milhões de mulheres?

Para compreender essa questão, é necessário situar o debate sobre jornada de trabalho no interior das discussões mais amplas sobre reprodução social e economia do cuidado. Como apontam autoras feministas, a organização do tempo de trabalho nas sociedades capitalistas esteve historicamente baseada na separação entre produção e reprodução, atribuindo às mulheres a responsabilidade predominante pelo trabalho doméstico e pelo cuidado (Hirata; Kergoat, 2007; Federici, 2019). Essa divisão não apenas estrutura desigualdades no mercado de trabalho, mas também define quais atividades são socialmente reconhecidas como trabalho e quais permanecem invisibilizadas no âmbito da vida privada (Tronto, 1993; Hirata, 2016).

A partir dessa perspectiva, discutiremos os debates públicos midiáticos em torno dos debates sobre redução da escala 6x1, problematizando os limites de um debate público que, ao centrar-se predominantemente nas condições do trabalho produtivo, tende a desconsiderar a dimensão do cuidado como parte estruturante da vida social. Assim, a invisibilidade da maternidade nos discursos midiáticos sobre jornada de trabalho pode iluminar o que está obscuro e revelar como a organização social do tempo social continua a separar produção e reprodução, trabalho e cuidado.

Para analisar como essa invisibilidade se manifesta no debate sobre escala 6x1, adotamos como metodológica a abordagem da Antropologia Digital, campo de investigação que busca compreender como práticas sociais, mobilizações coletivas e disputas de sentido se constituem em ambientes mediados por tecnologias digitais (Miller e Horts, 2012). Essa perspectiva permite investigar tanto conteúdos produzidos nas redes sociais, como os modos de circulação, interação e disputa discursiva que estruturam a formação das agendas públicas no ambiente digital.

Assim, o artigo propõe analisar o enquadramento midiático em torno da escala 6x1 e a invisibilização da maternidade a partir de três eixos centrais: (I) discute-se a emergência

contemporânea do debate sobre a redução da jornada de trabalho, destacando que, embora a pauta não seja nova, ela reaparece sob novas condições de circulação mediadas pelas mídias digitais; (II) examina-se o processo de mediação do conflito, identificando os atores que (re)introduziram o tema, analisando como diferentes mídias enquadram o debate, enfatizando dimensões econômicas, produtivas e ideológico-partidárias; (III) por fim, analisa-se a invisibilidade da maternidade e do cuidado nesse debate, mostrando como, mesmo em discursos progressistas ou conservadores, a reprodução social permanece marginalizada nas interpretações sobre trabalho e organização da jornada.

Ao articular esses três eixos, historicidade, mediação e invisibilidade da maternidade/cuidado, busca compreender como a internet opera como uma catalisadora de agendas públicas e como a disputa discursiva em torno da jornada de trabalho revela tensões entre produção, reprodução e cidadania.

Este texto é escrito por três mães cujas experiências cotidianas de conciliação entre trabalho e cuidado atravessam e orientam a análise apresentada.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, tendo como objeto de análise os discursos e debates públicos produzidos e/ou circulados em mídias digitais e veículos de comunicação acerca da escala de trabalho 6x1 e das propostas relacionadas à sua alteração ou extinção. O estudo buscou compreender como a discussão sobre a escala 6x1 foi construída, disputada e significada por diferentes atores políticos e pela mídia no contexto do debate público brasileiro.

Para a constituição do corpus documental, foi estabelecido, inicialmente, um conjunto de termos de busca capazes de localizar publicações diretamente relacionadas ao tema. Foram definidos dois eixos de pesquisa. O primeiro utilizou o termo-chave “fim da escala 6x1”, priorizando publicações e manifestações de atores políticos que defendiam a alteração ou o fim desse regime de trabalho. O segundo utilizou o termo-chave “escala 6x1”, possibilitando a identificação de manifestações e conteúdos que discutiam a temática sob diferentes perspectivas, inclusive aquelas de oposição ou crítica à proposta de extinção da escala.

A coleta foi realizada em diferentes espaços de circulação pública de informações, contemplando as redes sociais X, anteriormente denominada Twitter, e Instagram, além de veículos de comunicação jornalística, entre eles *O Globo*, G1, CNN Brasil, *Estadão* e *Folha de S.Paulo*. A escolha desses espaços teve como finalidade acompanhar tanto as manifestações diretas dos atores políticos quanto a forma como o debate sobre a escala 6x1 era apresentado, enquadrado e disputado no campo jornalístico.

O recorte temporal compreendeu o período entre agosto e novembro de 2024, abrangendo o momento pré-eleitoral, o período eleitoral e o período imediatamente posterior às eleições municipais daquele ano. A definição desse intervalo relaciona-se à intensificação da circulação pública do debate sobre a escala 6x1 observada a partir de agosto de 2024. Embora o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) já promovesse anteriormente a discussão sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, foi identificado, a partir desse período, um aumento da presença da temática nas manifestações políticas e na cobertura dos veículos de comunicação, justificando a delimitação temporal adotada.

A seleção do corpus foi realizada a partir da identificação das chamadas, títulos, legendas e conteúdos das publicações localizadas mediante os termos de busca previamente definidos. Foram incluídas publicações que apresentavam referência direta à escala 6x1, ao fim da escala 6x1, à redução da jornada de trabalho, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) relacionada ao tema ou a discussões diretamente associadas à jornada dos trabalhadores no Brasil. Dessa forma, a seleção não se restringiu à ocorrência literal dos termos de busca, considerando também conteúdos cuja chamada ou apresentação estivesse diretamente relacionada ao objeto da pesquisa.

Foram excluídos conteúdos que, embora recuperados pelas ferramentas de busca, não apresentassem relação substantiva com o debate sobre a escala 6x1 ou que não possibilitassem a identificação de elementos discursivos pertinentes aos objetivos da investigação. A seleção considerou, portanto, a pertinência temática dos materiais e sua capacidade de contribuir para a compreensão dos sentidos atribuídos à escala 6x1 no período delimitado.

Como procedimento de registro e organização do corpus, foram realizados registros por meio de capturas de tela das chamadas das matérias jornalísticas, publicações em redes sociais e demais conteúdos considerados pertinentes à pesquisa. Também foram preservados registros de vídeos nos quais políticos apresentavam posicionamentos favoráveis ou contrários à proposta de

alteração ou extinção da escala 6x1. Todo o material coletado foi organizado e armazenado em um repositório digital privado, criado especificamente para a sistematização do corpus documental.

A análise concentrou-se, assim, nos modos pelos quais diferentes atores políticos e veículos de comunicação construíram discursivamente o debate em torno da escala 6x1, observando os argumentos mobilizados, os sentidos atribuídos à jornada de trabalho, as posições assumidas diante da proposta de alteração do regime e as disputas em torno da relação entre trabalho, direitos trabalhistas e qualidade de vida.

A opção pela análise de materiais produzidos em redes sociais e veículos jornalísticos permite compreender o debate sobre a escala 6x1 não apenas como uma discussão legislativa, mas como uma disputa discursiva que se desenvolveu simultaneamente no campo político, midiático e nas plataformas digitais. Nesse sentido, o corpus documental possibilita observar como diferentes posições foram produzidas, difundidas e legitimadas no espaço público durante o período analisado.

1. A MIDIATIZAÇÃO DO CONFLITO: COMO A ESCALA 6X1 É ENQUADRADA NO DEBATE PÚBLICO

A reintrodução de um debate historicamente presente nas disputas trabalhistas brasileiras, e que expõe as dinâmicas de exploração laboral de trabalhadoras e trabalhadores, o fim da escala de trabalho 6x1, ganhou novo fôlego entre os meses de setembro e novembro de 2024, tendo seu pico de visibilidade pública em outubro e novembro do mesmo ano, mediada no espaço ampliado da esfera pública mediada pelas mídias digitais. Nesse contexto, a circulação de narrativas, interpretações e posicionamentos sobre o tema passou a ser fortemente influenciada pelos modos de funcionamento do ecossistema midiático contemporâneo, no qual redes sociais, veículos jornalísticos e atores políticos disputam a construção de sentidos sobre problemas públicos.

É importante mencionar, que a proposta do fim da escala 6x1 já circulava nas redes sociais desde 2023. A pauta do fim da escala de trabalho 6x1 ganhou grande visibilidade nas redes sociais e no debate público brasileiro a partir da mobilização digital em torno do movimento Vida Além do Trabalho - VAT (RIBEIRO, 2024). O movimento surgiu em 2023 após a viralização de um vídeo publicado por Rick Azevedo, então balconista de farmácia no Rio de Janeiro, no qual relatava o desgaste físico e emocional provocado pela rotina de trabalhar seis dias por semana com apenas um

dia de descanso. Publicado em 13 de setembro de 2023, a repercussão do vídeo gerou forte identificação entre trabalhadores de diferentes setores, especialmente do comércio e serviços, impulsionando a formação de redes de mobilização online e campanhas públicas pela redução da jornada de trabalho. A visibilidade alcançada pela pauta transformou Rick Azevedo em uma liderança associada à defesa das condições de trabalho, levando-o a ingressar na disputa eleitoral municipal de 2024. Posteriormente, ele foi candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, Azevedo foi eleito com mais de 29 mil votos, levando para o campo institucional uma agenda política centrada na crítica à escala 6x1 e na defesa de maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

A visibilidade alcançada por essa mobilização digital transformou Rick Azevedo em uma figura pública associada à defesa das condições de trabalho, levando-o a ingressar na disputa eleitoral municipal de 2024. Candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Azevedo foi eleito com mais de 29 mil votos, levando para o campo institucional uma agenda política centrada na crítica à escala 6x1 e na defesa de maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

O que chama atenção nesse processo é o papel desempenhado pelas mídias digitais na amplificação e legitimação da pauta. Foi nesse ambiente que o tema ganhou força significativa, permitindo que uma reivindicação inicialmente articulada a partir da experiência cotidiana de um trabalhador se transformasse em uma agenda de debate público de alcance nacional. A repercussão digital contribuiu para projetar lideranças emergentes no cenário político, evidenciando como essas plataformas digitais operam como arenas de mobilização social e de construção de capital político para o então balconista desconhecido.

Após as repercussões na mídia, os debates ganharam espaço na agenda legislativa brasileira, especialmente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, impulsionado pela mobilização social e pela repercussão do tema nas redes digitais. Entre as principais iniciativas em tramitação destaca-se a PEC 8/2025, apresentada na Câmara dos Deputados pela deputada Erika Hilton, que propõe a redução da jornada máxima semanal de 44 para 36 horas, com reorganização do tempo de trabalho que, na prática, inviabilizaria a escala 6x1 e ampliaria os períodos de descanso. Paralelamente, outras propostas buscam caminhos mais graduais, como projetos de lei que sugerem a redução progressiva da jornada para 40 horas semanais, sem alterações imediatas nas escalas de trabalho. No Senado, iniciativas como a PEC 148/2015, de autoria do senador Paulo Paim, também propõem a

diminuição gradual da jornada semanal de até 36 horas, articulando a pauta à defesa de melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os trabalhadores.

Com a repercussão, o debate foi sendo incorporado de diferentes formas no cenário político. Por um lado, podemos observar sujeitos ligados à direita, extrema-direita e ao centro, contra o fim da escala, ou se posicionando contra a PEC 8/2025 (BRASIL, 2025), deixando claro que na visão deles é impossível essa adequação tendo em vista prejudicaria os empresários e a indústria brasileira. Por outro lado, sujeitos ligados à esquerda e centro-esquerda, argumentam que a escala 6x1 compromete a vida do trabalhador, pois prejudica a saúde física e mental do trabalhador.

A disputa sobre a pauta ganhou força no cenário digital a partir das postagens do deputado Nikolas Ferreira em suas redes sociais, nas quais comenta e critica a proposta de alteração da escala de trabalho 6x1. Em um dos vídeos que circulou amplamente nas plataformas digitais, o parlamentar dirige-se diretamente ao público para responder às cobranças sobre sua posição em relação ao tema. Na gravação, ele afirma ter analisado o texto da proposta e sustenta que haveria inconsistências em seu conteúdo, mencionando, por exemplo, possíveis divergências entre o número de dias trabalhados e o total de horas semanais previsto. A partir desse argumento, o deputado caracteriza a proposta como precipitada ou tecnicamente frágil e crítica o que define como uma simplificação do debate nas redes sociais. Ao longo do vídeo, também menciona a pressão exercida por usuários e grupos nas plataformas digitais para que parlamentares apoiem a medida, posicionando-se de forma contrária a decisões tomadas sob mobilização online. Nesse sentido, a publicação não apenas expressa um posicionamento político, mas também contribuiu para ampliar a visibilidade do tema nas redes, estimulando reações, compartilhamentos e disputas narrativas em torno da organização da jornada de trabalho no Brasil.

Em resposta às afirmações realizadas em seus vídeos, diversos perfis saíram em defesa da pauta do fim da escala 6x1. Atualmente, seu vídeo na rede social Instagram conta com 1,2 milhões de curtidas e 86 mil comentários, e foi compartilhado mais de 343 mil vezes desde a postagem, o que demonstra a grande projeção de seu discurso nas redes sociais.

O processo de ampliação do debate pode ser compreendido a partir da noção de midiaticização, entendida como o fenômeno pelo qual as dinâmicas sociais, políticas e culturais passam a ser cada vez mais estruturadas pelos lógicos e formatos dos meios de comunicação (Hjarvard, 2013). No caso do debate sobre a escala 6x1, a circulação intensificada de conteúdos em redes sociais, plataformas digitais e veículos jornalísticos contribuiu para transformar uma pauta historicamente presente nas reivindicações trabalhistas em um tema de ampla visibilidade pública.

Nesse cenário, diversos atores passaram a disputar a definição do problema, produzindo interpretações distintas sobre o significado e as implicações da jornada de trabalho em regime 6x1. Tal dinâmica evidencia o papel central dos processos de enquadramento (framing) na construção das agendas públicas. Como argumenta Entman (1993), enquadrar um tema implica selecionar determinados aspectos da realidade e torná-los mais salientes no discurso público, orientando a forma como problemas são definidos, interpretados e avaliados socialmente.

Essas disputas discursivas podem ser compreendidas à luz de Stuart Hall (2006), para quem os significados sociais são produzidos em arenas discursivas marcadas por disputas pela definição legítima da realidade, dessa forma é possível observar como diferentes mídias e atores políticos tendem a enfatizar dimensões específicas do problema, produzindo enquadramentos distintos sobre a questão.

Em muitos casos, o tema é apresentado predominantemente como uma questão econômica, associada à produtividade, ao custo do trabalho e aos impactos da redução da jornada sobre o funcionamento das empresas. Neste enquadramento, a discussão se concentra nos possíveis efeitos da medida sobre o mercado de trabalho, a competitividade econômica e a geração de empregos.

Um exemplo desse enquadramento econômico pode ser observado em matéria publicada no portal G1, no quadro *Na Ponta do Lápis*, exibido pelo Jornal do Acre – 1ª edição, na qual um especialista discute os possíveis impactos econômicos do fim da escala 6x1. Na reportagem, o debate é conduzido a partir de uma perspectiva centrada nos efeitos da redução da jornada sobre a economia, enfatizando aspectos como produtividade, custo do trabalho e funcionamento das empresas.

Em outros casos, a pauta é tratada como uma questão produtiva, relacionada às condições de trabalho e ao desgaste físico e mental dos trabalhadores submetidos a longas jornadas laborais. Nessa perspectiva, o debate enfatiza os efeitos da sobrecarga de trabalho sobre a saúde, o descanso e a qualidade de vida, mobilizando argumentos relacionados ao bem-estar dos trabalhadores e à necessidade de equilibrar trabalho e vida pessoal.

Nesse caminho, reportagens publicadas no portal G1 em 11 de novembro de 2024 e 14 de novembro do mesmo ano, intituladas “*Brasil é um dos países do G20 em que mais se trabalha; veja a carga horária pelo mundo*” e “*Semana de 4 dias é a salvação do capitalismo, diz economista que coordenou projeto em Portugal*” - respectivamente - discute a adoção da semana de quatro dias em países europeus, destacando argumentos de especialistas que associam a redução da jornada à modernização do capitalismo e ao aumento da eficiência econômica. Nesse tipo de narrativa, o debate tende a

ênfatar ganhos produtivos e competitividade, mantendo o foco nas dinâmicas do mercado de trabalho e nas estratégias empresariais.

Paralelamente, observa-se também a construção de enquadramentos que tratam a escala 6x1 como uma questão ideológico-partidária, inserindo o debate em disputas políticas mais amplas entre diferentes projetos de sociedade. Nesse registro, o tema passa a ser mobilizado como símbolo de embates entre posições associadas à defesa de direitos trabalhistas e críticas ao intervencionismo estatal, ou ainda entre perspectivas identificadas com agendas progressistas e discursos alinhados a visões mais liberalizantes da economia.

Exemplos desse enquadramento podem ser observados em matérias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*, 2024, *online*) no dia 12 de novembro de 2024, que repercutem diferentes posicionamentos políticos sobre o debate em torno da escala 6x1. Entre elas, destacam-se reportagens que apresentam a atuação do deputado federal Reginaldo Lopes (PT) na articulação da Proposta de Emenda Constitucional que propõe o fim da escala, bem como declarações do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que classificou o debate como “perda de tempo”, sugerindo que outras questões seriam mais prioritárias para o país. Na mesma cobertura, o deputado Hugo Motta (Republicanos) aparece expressando preocupação com os possíveis impactos da proposta para o setor empresarial, defendendo a necessidade de considerar a posição dos empregadores no processo legislativo.

Ainda nesse conjunto de publicações, o vice-presidente Geraldo Alckmin é citado defendendo que o fim da escala 6x1 constitui uma tendência internacional e que o tema deveria ser discutido à luz de experiências globais de reorganização da jornada de trabalho. Em todas essas matérias, as imagens associadas às reportagens apresentam os atores políticos em entrevistas ou pronunciamentos públicos, reforçando o caráter institucional e político do debate que evidencia como a pauta é frequentemente enquadrada como um conflito político e ideológico, centrado em declarações de lideranças públicas e disputas entre diferentes projetos econômicos e políticos, deslocando o foco das experiências cotidianas de trabalho para o campo das disputas institucionais.

Esses diferentes enquadramentos contribuem para a produção de um cenário de polarização discursiva, no qual a complexidade da questão tende a ser simplificada em narrativas moralizadas que opõem trabalhadores e empresários, direitos sociais e liberdade econômica, progresso social e ameaça ao mercado. Tal dinâmica reforça o que autores como Boltanski e Thévenot (2006) identificam como disputas públicas por regimes de justificação, nas quais diferentes atores mobilizam princípios morais distintos para legitimar suas posições no debate público. Como

resultado, o conflito em torno da escala 6x1 frequentemente aparece no debate público reduzido a um conjunto limitado de interpretações, econômicas, produtivas ou ideológicas, que, embora relevantes, não esgotam a complexidade social do problema. Nesse processo, dimensões fundamentais da vida social tendem a permanecer marginalizadas ou invisibilizadas

Nesse cenário, embora o debate público sobre a escala 6x1 tenha mobilizado uma variedade de enquadramentos, econômicos, produtivos e ideológico-partidários, observa-se que determinadas dimensões da vida social aparecem de forma apenas residual ou pouco aprofundada nas narrativas midiáticas analisadas. Entre elas, destaca-se a questão do cuidado e da maternidade, que, apesar de diretamente afetadas pela organização do tempo de trabalho, surgem de maneira tímida, episódica ou meramente ilustrativa no debate público. Ainda que a discussão sobre jornada de trabalho tenha implicações diretas sobre a possibilidade de conciliar trabalho remunerado, vida familiar e responsabilidades domésticas, essa dimensão raramente é tratada como eixo estruturante da discussão. Assim, entre os diferentes enquadramentos identificados na cobertura midiática, a experiência das mulheres-mães e o trabalho cotidiano de cuidado aparecem de forma incipiente e sem aprofundamento discursivo, permanecendo à margem das principais interpretações que estruturam o debate público sobre a reorganização do tempo de trabalho no Brasil.

Para ilustrar essa dinâmica, pode-se observar uma publicação realizada pela deputada federal Erika Hilton em suas redes sociais, no dia 11 de novembro de 2024 (Hilton, 2024, Instagram), na qual comenta o debate sobre o fim da escala 6x1. Na postagem, a parlamentar inicia sua argumentação mencionando a experiência da maternidade, ao afirmar que “uma mãe, para poder criar o filho, precisa trabalhar na escala 6x1 e nunca mais vê-lo”, evocando o impacto da organização da jornada de trabalho sobre a vida familiar. No entanto, embora a maternidade apareça como ponto de partida discursivo, o argumento rapidamente se desloca para uma crítica mais ampla às dinâmicas de exploração do trabalho e às desigualdades estruturais do sistema econômico. Assim, mesmo quando a experiência materna é mobilizada como elemento retórico no debate público, ela tende a ser incorporada como exemplo ilustrativo de injustiça social, sem que o cuidado e a maternidade sejam efetivamente desenvolvidos como categorias centrais de análise na discussão sobre a reorganização do tempo de trabalho.

É justamente nesse ponto que se insere a contribuição analítica deste artigo. Ao observar os enquadramentos midiáticos predominantes sobre a escala 6x1, torna-se possível identificar tanto os argumentos que ganham visibilidade no debate público, como aqueles que permanecem silenciosos

ou marginalizados. Entre essas ausências, destaca-se a limitada presença da maternidade como categoria analítica nas narrativas sobre trabalho, tempo e qualidade de vida.

Nesse cenário, embora o debate público sobre a escala 6x1 tenha mobilizado uma variedade de enquadramentos, econômicos, produtivos e ideológico-partidários, observa-se que determinadas dimensões da vida social aparecem de forma apenas residual ou pouco aprofundada nas narrativas midiáticas analisadas. Entre elas, destaca-se a questão do cuidado e da maternidade, que, apesar de diretamente afetadas pela organização do tempo de trabalho, surgem de maneira tímida, episódica ou meramente ilustrativa no debate público. Ainda que a discussão sobre jornada de trabalho tenha implicações diretas sobre a possibilidade de conciliar trabalho remunerado, vida familiar e responsabilidades domésticas, essa dimensão raramente é tratada como eixo estruturante da discussão. Assim, entre os diferentes enquadramentos identificados na cobertura midiática, a experiência das mulheres-mães e o trabalho cotidiano de cuidado aparecem de forma incipiente e sem aprofundamento discursivo, permanecendo à margem das principais interpretações que estruturam o debate público sobre a reorganização do tempo de trabalho no Brasil

2. A INVISIBILIZAÇÃO DA MATERNIDADE NO DEBATE SOBRE O 6X1

Como vimos nos últimos anos, os debates em torno das escalas laborais vêm ganhando espaço no debate público. Dentre os discursos observados na polarização entre a direita e esquerda brasileira, um aspecto que nos chama atenção no debate público sobre a escala de trabalho 6x1 é que, apesar da intensidade das discussões, determinados elementos estruturais da organização social do trabalho permanecem ausentes. Tanto em discursos de caráter conservador quanto em posições progressistas, o foco tende a se concentrar em dimensões como produtividade econômica, direitos trabalhistas, crescimento econômico e precarização das relações de trabalho. Trata-se, sem dúvida, de temas fundamentais para compreender os conflitos contemporâneos em torno da organização da jornada laboral. No entanto, um elemento central permanece fora do centro dessas análises: quem sustenta a vida cotidiana que torna o próprio trabalho possível (Gilligan, 2014).

Esse silêncio revela um limite importante no modo como a questão da jornada de trabalho vem sendo formulada no debate público. A maior parte das análises parte de uma concepção de trabalhador abstrato, desvinculado da realidade laboral brasileira. As relações sociais que sustentam o bom andamento da roda cotidiana, só são possíveis pelo papel crucial das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho.

Segundo o Boletim de Mulheres no Mercado de Trabalho, divulgado pelo Governo Federal em março de 2025, cerca de 52,8% das mulheres brasileiras estão no mercado de trabalho (Brasil, 2025). Neste documento utilizou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Entretanto, mesmo diante dessa presença significativa das mulheres no mercado de trabalho, as análises sobre jornada laboral tendem a desconsiderar o conjunto de atividades que sustentam a reprodução da vida social. Como argumenta Nancy Fraser (2012) e Joan Tronto (1995), o funcionamento das economias capitalistas depende de uma ampla infraestrutura de atividades de reprodução social - como cuidado, educação e manutenção da vida cotidiana - que garantem a continuidade da própria produção, mas que permanecem frequentemente invisibilizadas nas análises sobre trabalho e organização econômica.

Nesse contexto, a maternidade ocupa uma posição particularmente invisibilizada e ao mesmo tempo que se configura de forma descolada da realidade, onde a interseccionalidade não aparece como um fator de componente para a construção das políticas públicas (Akotirene, 2019). Mesmo quando o debate sobre o fim da escala 6x1 mobiliza argumentos relacionados à qualidade de vida, ao tempo livre ou à saúde dos trabalhadores, a maternidade raramente aparece como categoria analítica capaz de reorganizar o próprio debate. As mulheres que exercem trabalhos de cuidados, entendido aqui como o conjunto de práticas de cuidado, socialização e reprodução da vida, permanecem ausentes enquanto sujeito político explícito dessa discussão.

No Brasil, Scavone (2001) chama atenção para o fato de que a maternidade, embora seja uma experiência social amplamente difundida, permanece historicamente tratada como uma questão privada, associada à esfera doméstica e desvinculada das estruturas institucionais do trabalho. Autor e Silva apresentam a maternidade como um marcador de diferença nas relações sociais, evidenciando como a maternidade reconfigura trajetórias, oportunidades e condições de permanência em diferentes espaços institucionais. Ao passo que para Abreu (2025) a maternidade se constitui de um fenômeno multifacetado que engloba aspectos físicos, emocionais, sociais, culturais e simbólicos relacionados ao papel social atribuído às mulheres enquanto cuidadoras. Não se limita aos aspectos biológicos da reprodução, mas envolve expectativas sociais que historicamente associam às mulheres a responsabilidade principal pelo cuidado e pela reprodução da vida (p.19). Para as autoras, a maternidade construída nos moldes pátrio-capitalista se apresenta como elemento estruturante das

desigualdades sociais, que atravessa as possibilidades de participação no trabalho, na educação e na vida pública.

Mesmo que não trate especificamente do tema “maternidade”, Hirata (2016), demonstra que o tempo das mulheres é estruturado pela sobreposição entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. A jornada formal de trabalho raramente representa o limite real da jornada vivida por mulheres que acumulam responsabilidades profissionais e responsabilidades de cuidado. Apontamos que discutir a reorganização da jornada de trabalho sem considerar a distribuição social do cuidado significa analisar apenas uma parte do problema.

Nesse cenário, a maternidade tende a ser deslocada para o plano da responsabilidade individual das mulheres, enquanto as estruturas sociais que sustentam o cuidado permanecem pouco problematizadas. Mesmo propostas ligadas a linhas mais progressistas que buscam melhorar as condições de trabalho raramente incorporam de forma central a discussão sobre infraestruturas públicas de cuidado, redes institucionais de apoio ou mecanismos de redistribuição social das responsabilidades de cuidado. Como podemos ver na redação da PEC nº 8/2025 altera o artigo 7º da Constituição para reduzir a jornada de trabalho e instituir novos modelos de organização do tempo laboral.

Uma redução legal da jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais que abranja a todos “os trabalhadores, pois todos necessitam ter mais tempo para a família, para se qualificar diante da crescente demanda patronal por maior qualificação, para ter uma vida melhor, com menos problemas de saúde e acidentes de trabalho - e mais dignidade.” (Brasil, 2025, p.3)

Em razão desses fatores, deve-se reavaliar as práticas de trabalho que afetam a saúde e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, especialmente a escala de trabalho 6x1 que impede até mesmo que os pais consigam ver seus filhos no dia a dia. Com a adoção da jornada de 4 dias permitirá tempo aos empregados para o acesso à saúde e ao lazer, garantindo menos estresse e fadiga dos empregados, em consequência, mais eficiência e agilidade nas atividades laborais. (Brasil, 2025, p.4) grifo nosso.

A justificativa da proposta também aponta que a reorganização da jornada poderia contribuir para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal, destacando que escalas como a 6x1 dificultam até mesmo que pais consigam conviver com seus filhos no cotidiano. Nesse sentido, o texto sugere que modelos como a jornada de quatro dias de trabalho possibilitam maior acesso ao lazer, à saúde e à redução do estresse, o que, por sua vez, poderia resultar em trabalhadores mais produtivos e eficientes (Brasil, 2025).

No entanto, embora a proposta reconheça a importância do tempo para a vida familiar, a argumentação permanece ancorada em uma concepção relativamente abstrata de família e de trabalhador. O texto menciona a necessidade de mais tempo para convivência familiar, mas não problematiza como as responsabilidades de cuidado estão distribuídas dentro das famílias, tampouco reconhece as desigualdades de gênero que estruturam essa divisão. Assim, o cuidado aparece como um elemento implícito da vida familiar, mas não como uma dimensão socialmente organizada que demanda políticas públicas específicas.

Essa forma de enquadramento revela um limite importante da própria proposta: ao tratar o tempo para a família como benefício geral da redução da jornada, o texto não considera que, na prática, o tempo liberado pelo trabalho remunerado tende a ser absorvido de maneira desigual entre homens e mulheres, especialmente em contextos em que o trabalho de cuidado permanece majoritariamente feminino. Com isso, a proposta avança ao reconhecer a importância do tempo fora do trabalho, mas ainda não incorpora de forma explícita a discussão sobre a organização social do cuidado. Assim, o debate atual sobre a jornada de trabalho permanece, em grande medida, dissociado da organização social do cuidado. A maternidade não aparece como categoria analítica central nem como dimensão estrutural da discussão, o que torna o debate incompleto, ao focar na organização do trabalho produtivo sem considerar as condições sociais que o sustentam. Recolocar a maternidade nessa discussão implica reconhecer que a reorganização do tempo de trabalho está diretamente relacionada à forma como a sociedade distribui e valoriza o trabalho de cuidado, tornando as contribuições da sociologia feminista fundamentais para repensar as bases sociais da reprodução da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu evidenciar que o debate público sobre o fim da escala 6x1, embora relevante para a crítica às formas contemporâneas de exploração do trabalho, permanece limitado quando não incorpora a maternidade e o cuidado como dimensões estruturantes da vida social. Ao examinar a circulação do tema nas mídias digitais e jornalísticas, observou-se que os enquadramentos predominantes tendem a privilegiar aspectos econômicos, produtivos e ideológico-partidários, enquanto o trabalho de reprodução da vida aparece de forma residual, episódica ou meramente ilustrativa.

Em síntese, pode-se afirmar que esse apagamento expressa a permanência de uma lógica social que separa produção e reprodução, reconhecendo como “trabalho” prioritariamente aquilo que se realiza no mercado, enquanto invisibiliza as atividades que sustentam cotidianamente a existência, majoritariamente desempenhadas por mulheres. Mesmo quando a vida familiar é mobilizada como argumento em defesa da redução da jornada, a maternidade raramente emerge como categoria analítica capaz de reorganizar o debate e deslocar seu sujeito implícito: o trabalhador abstrato, desvinculado das responsabilidades de cuidado.

É importante destacar, contudo, que foram identificadas manifestações públicas posteriores ao período analisado que passaram a estabelecer de maneira mais explícita relações entre a escala 6x1, as condições de trabalho, a maternidade e o cuidado. Em particular, no período próximo às comemorações do Dia das Mães, alguns parlamentares e atores políticos vinculados a posições progressistas passaram a mobilizar a maternidade como dimensão do debate sobre a reorganização da jornada de trabalho, evidenciando os impactos das condições laborais sobre a vida das mulheres e sobre as responsabilidades de cuidado. Essa articulação discursiva mostrou-se ainda mais presente e fortalecida ao longo de 2025. Embora tais manifestações sejam relevantes para indicar a continuidade e a transformação do debate público, elas não foram incorporadas ao corpus desta pesquisa, em razão do recorte temporal estabelecido entre agosto e novembro de 2024. Sua menção, portanto, não constitui parte dos resultados analisados, mas aponta para a necessidade de investigações futuras que acompanhem o desenvolvimento dessa articulação entre trabalho, maternidade e cuidado no debate sobre a escala 6x1.

Nesse sentido, argumenta-se que a discussão sobre a reorganização do tempo de trabalho só pode ser plenamente compreendida quando articulada à organização social do cuidado. Recolocar a maternidade no centro dessa reflexão não significa particularizar excessivamente a pauta, mas ampliar seu alcance crítico, tornando visíveis as condições concretas que sustentam o próprio trabalho produtivo. Trata-se, portanto, de interrogar quais vidas — e quais trabalhadoras e trabalhadores — são consideradas no debate público e quais seguem sendo mantidas à margem.

É nesse deslocamento que reside a contribuição central deste artigo: demonstrar que, sem enfrentar a invisibilidade da maternidade e do cuidado, qualquer crítica à jornada de trabalho permanecerá, em alguma medida, incompleta. Mais do que discutir a quantidade de horas destinadas ao trabalho remunerado, o debate sobre a escala 6x1 convoca uma reflexão mais ampla sobre a

distribuição social do tempo, sobre quem possui condições efetivas de usufruir do tempo livre e sobre como as responsabilidades de cuidado são distribuídas entre Estado, mercado, família e sociedade. Incorporar a maternidade a essa discussão significa, assim, reconhecer que a transformação das relações de trabalho também depende da transformação das condições sociais que tornam possível a reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Kamila Eulalio. Políticas de permanência no ensino superior: qual o lugar da mãe estudante na pós-graduação? 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: LEPES/UFRJ. Acesso em: 28 ago. 2026.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

BIAVASCHI, Magda Barros; VAZQUEZ, Bárbara Vallejos. A redução da jornada de trabalho ao longo da história. Outras Palavras, 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025. Dá nova redação ao art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Boletim mulheres no mercado de trabalho. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. On justification: economies of worth. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BUGALGO, Andréia Chiquini; Silveira, Sebastião Sérgio; PINA, Selma. Mudança previdenciária para mulher, considerando a quadrupla jornada (casa, filho, trabalho, estudo. In: Congresso Internacional de Pesquisa em Seguridade Social, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Luta por redução da jornada começou em 1930. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nota técnica nº 87: redução da jornada de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2010.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Contradições do capital e cuidados: da crise social à crise da reprodução. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 92, p. 5-19, 2012.

GILLIGAN, Carol. Moral injury and the ethic of care: reframing the conversation about differences. *Journal of Social Philosophy*, Hoboken, v. 45, n. 1, p. 89-106, 2014.

GONZAGA, Gustavo M.; MENEZES-FILHO, Naércio A.; CAMARGO, José Márcio. Os efeitos da redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais em 1988. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 369-392, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 152-161, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HJARVARD, Stig. *The mediatization of culture and society*. London: Routledge, 2013.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. *Digital anthropology*. London: Berg, 2012.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza; SILVA, Juliana Marcia Santos. MATERNIDADE COMO MARCADOR DA DIFERENÇA NAS RELAÇÕES SOCIAIS. *Revista Mosaico - Revista de História*, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 4, p. 54–64, 2024. DOI: 10.18224/mos.v16i4.13536. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13536>. Acesso em: 31 ago. 2026.

RIBEIRO, Neiva. Fim da escala 6x1: sindicato é pioneiro na discussão da redução da jornada. *Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região*, 14 nov. 2024.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 113, p. 47-66, 2001.

TRONTO, Joan. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

EXAME. Escala 6x1: movimento VAT – Vida Além do Trabalho. Disponível em: <https://exame.com/carreira/escala-6x1-movimento-vat-vida-alem-do-trabalho/>. Acesso em: 6 mar. 2026.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está disponível no drive: https://drive.google.com/drive/folders/1XdWrt_8q3rOBPF8VgwPA_0HzRbtn9FiT?usp=drive_link

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Renata Figueiredo Silva: Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Curadoria de Dados, Redação – Rascunho Original, Redação – Revisão e Edição.

Kamila Eulalio Abreu: Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Curadoria de Dados, Redação – Rascunho Original, Redação – Revisão e Edição.

Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura: Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Curadoria de Dados, Redação – Rascunho Original, Redação – Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara não possuir conflito de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Kamila Eulalio Abreu é doutora em educação pela UFRJ. Mestre em Educação e graduada em Ciências Sociais pela UNIRIO. Atualmente é professora na SEEDUC- RJ e pesquisadora no LEPES, coordena o Núcleo Materna e é professora Orientadora no Projeto ACOLHE-UNIRIO. <https://orcid.org/0000-0002-8467-7689>.

Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura é Pedagoga e Socióloga, mestre em Serviço Social e Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade brasileira Católica do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo Materna. <https://orcid.org/0009-0004-5956-0157>.

Renata Figueiredo Silva é formada Pedagogia pela Universidade Federal da Grande Dourados e Mestre em Antropologia Sociocultural, também na Universidade Federal da Grande Dourados. Professora da rede municipal e estadual de Minas Gerais. <https://orcid.org/0000-0001-5258-3074>

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI), modelo GPT-5.6 Luna, como apoio à revisão, organização e aprimoramento da redação deste artigo. A análise, interpretação dos dados e elaboração das conclusões são de responsabilidade integral da autora.

DECLARAÇÃO SOBRE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Declara-se que a presente pesquisa não envolveu a participação direta de seres humanos, tendo sido desenvolvida exclusivamente a partir da análise de dados documentais e informações de domínio

público. Dessa forma, não houve coleta de dados diretamente com participantes, aplicação de instrumentos de pesquisa ou realização de entrevistas. Em razão dessas características e conforme as normativas éticas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, não se fez necessária a submissão do estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.